

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.316.356 - PR (2018/0148655-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : EQUIPE - DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS COMERCIO
E REPRES - MASSA FALIDA
REPR. POR : ULLYSSES AIRES MERCER - ADMINISTRADOR
ADVOGADO : ELTON ALAVER BARROSO E OUTRO(S) - PR034050
ADVOGADA : ANA PAULA DELGADO DE SOUZA BARROSO - PR029484
AGRAVADO : BANCO SAFRA S A
OUTRO NOME : SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADOS : ALEXANDRE NELSON FERRAZ E OUTRO(S) - PR030890
VALERIA CARAMURU CICARELLI - PR025474
MARCELO OLIVA MURARA - PR022806
SOC. de ADV. : ALEXANDRE N. FERRAZ & CICARELLI ADVOGADOS
ASSOCIADOS

EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL
CIVIL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO
IMPUGNADO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto pela MASSA FALIDA DE EQUIPE -
DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS COMERCIO E REPRESENTAÇÃO
contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Paraná que inadmitiu seu
recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não deve ser conhecido, ante a ausência de efetiva
impugnação aos fundamentos da decisão agravada.

O juízo negativo de admissibilidade está fundamentado na ausência de
violação ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, "*pois o acórdão
recorrido está suficientemente fundamentado e há clareza na exposição dos
motivos de convencimento do Colegiado*", e na ausência de impugnação a

fundamento do acórdão recorrido, motivo pelo qual foi aplicada a Súmula 283/STF.

Nas razões do agravo, a recorrente afirma que *"demonstrou que o v. acórdão deveria ser reformado, pois, uma vez que publicado em 04/04/2016 na vigência do NCPC, completamente aplicáveis as suas disposições, especificamente o contido no art. 85, §14 do NCPC, logo, restou devidamente combatida a fundamentação utilizada no v. acórdão, restando inaplicável a súmula 283 do STF ao caso em comento"*. Afirma ainda que o Tribunal de origem *"analisou de forma geral a insurgência da agravante quanto a negativa de vigência do artigo art. 20, §3º do CPC (art. 85, §2º do NCPC), eis que por se tratar de demanda de cunho condenatório, a verba honorária deve ser fixada em percentual de no mínimo 10% e no máximo 20%, o que havia já sido analisado pelo Tribunal de Origem no julgamento dos embargos 0712724-0/02 no caso em comento, entendimento que foi alterado no v. acórdão recorrido (0712724-0/05) de forma completamente descabida"*. Sustenta que teria impugnado ao fundamento da decisão agravada, *"primeiro, porque se demonstrou de forma exaustiva a aplicabilidade das disposições contidas no Novo Código de Processo Civil ao caso comento, segundo, porque o Tribunal de origem sequer pretendeu aplicar o contido no art. 20, §3º (novo art. 85, §2º) ao caso em comento e, terceiro, porque o Tribunal de origem não pode se negar a aplicar o contido na Lei Federal, especificamente aos artigos 85, §2º e §14º do NCPC e art. 23 da lei nº 8.906/94, por mera liberalidade"*. Afirma que *"acórdão recorrido foi omissa na prolação de sua decisão, primeiro porque não considerou que se tratava de demanda de cunho condenatório (inclusive já decidia essa matéria em sede de embargos de declaração no 0712724-0/02), o que o impossibilitava readequar a sucumbência fora dos parâmetros estabelecidos no art. 20, §3º (art. 85, §2º do NCPC) e segundo porque não considerou que o v. acórdão restou efetivamente publicado na vigência do Novo Código de Processo Civil, o qual veda de forma explícita a compensação de honorários advocatícios, haja vista que a verba honorária é direito do*

advogado, como remuneração de seu trabalho e não pode se confundir com os ganhos e perdas das partes". Aponta que o "Tribunal fundamentou-se que o v. acórdão foi 'enunciado' em momento anterior ao da lei processual, todavia, isso não é fundamento justificável para negativa de aplicação do NCPC, tendo em vista, inclusive, que o NCPC veio apenas a consolidar entendimento jurisprudencial nesse mesmo sentido".

As razões apresentadas, todavia, não impugnam a qualquer dos fundamentos da decisão agravada.

No que tange à Súmula 283/STF, há de se observar que o fundamento indicado na decisão agrava é eminentemente jurídico, dizendo respeito às regras que devem ser observadas para a solução de conflitos de normas no tempo. Mais especificamente, a decisão está fundamentada em uma premissa jurídica, de que tendo as decisões recorridas sido proferidas ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973, dever-se-ia considerar as disposições deste diploma, não as disposições do Código de Processo Civil.

Nestes termos, é absolutamente incompreensível como a assertiva de que o acórdão teria sido "*publicado em 04/04/2016 na vigência do NCPC*" influiria no quanto decidido, tendo em vista que não ataca o fundamento da decisão agravada, a premissa jurídica de que parte, de que as decisões judiciais devem levar em consideração a legislação vigente no momento em que proferidas. O argumento indicado somente teria alguma relevância se o Tribunal de origem tivesse considerado que seria a data da publicação que deveria ser considerada para determinar qual seria a legislação aplicável ao caso, considerando que o acórdão recorrido teria sido publicado em 16/03/2016, havendo divergência acerca do substrato fático a ser considerado, o que não é o caso.

Admitida como verdadeira a premissa jurídica de que é a data em que proferida a decisão, não a de sua publicação que determina qual Código de Processo Civil deveria ser aplicado, é absolutamente irrelevante quando a decisão foi publicada, pois a conclusão sempre será a mesma. A toda evidência trata-se de argumento irrelevante.

Assim, simplesmente não há como se falar em impugnação à Súmula 283/STF, pois patente a impertinência do único argumento apresentado.

Do mesmo modo, não há que se falar em impugnação ao primeiro fundamento da decisão agravada.

É pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes. Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo “*da mihi factum dabo tibi ius*”.

Destarte, a violação ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil não se caracteriza com o fato do Tribunal não ter se manifestado sobre este ou aquele ponto, não tenha indicado expressamente o dispositivo legal em que esteja fundamentado (importante lembrar que não se exige o prequestionamento exposto da matéria recursal para a admissão do recurso especial, sendo imprescindível apenas que os temas pertinentes aos artigos legais tenham sido apreciados, o chamado prequestionamento implícito), mas sim quando demonstrada a existência de omissão relevante à solução do caso.

Este foi o fundamento utilizado pelo Tribunal de origem, qual seja, as questões suscitadas pelo recorrente não teriam pertinência na solução da lide, pois seriam incapazes de alterar as conclusões expostas no acórdão embargado, motivo pelo qual não restou configurada a violação aos dispositivos do Código de Processo Civil pertinentes aos embargos de declaração e a imperiosidade da fundamentação das decisões judiciais.

Destarte, caberia ao recorrente demonstrar a pertinência das questões suscitadas para a resolução da lide, o que não fez.

Na espécie, a agravante afirma que o “*acórdão recorrido foi omissivo na prolação de sua decisão, primeiro porque não considerou que se tratava de*

demanda de cunho condenatório (inclusive já decidia essa matéria em sede de embargos de declaração no 0712724-0/02), o que o impossibilitava readequar a sucumbência fora dos parâmetros estabelecidos no art. 20, § 3º (art. 85, §2º do NCPC) e segundo porque não considerou que o v. acórdão restou efetivamente publicado na vigência do Novo Código de Processo Civil, o qual veda de forma explícita a compensação de honorários advocatícios, haja vista que a verba honorária é direito do advogado, como remuneração de seu trabalho e não pode se confundir com os ganhos e perdas das partes".

No que tange à segunda omissão, como dito, tal questão somente teria relevância se a agravante tivesse apresentado fundamento jurídico que impusesse a conclusão de que seria a data da publicação, e não a data em que proferida, que determinaria qual seria a legislação aplicável ao caso. Não há nas razões do agravo qualquer discussão acerca do conflito de normas no tempo, o que claramente é o cerne da discussão na espécie.

No que tange à primeira omissão, há de se observar que ela não condiz com as razões recursais. Resta claro pela leitura das razões recursais que a tese apresentada e reiterada pela agravante é no sentido de que seria aplicável ao caso as disposições do artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015 em detrimento das disposições do Código de Processo Civil de 1973.

Para que se pudesse falar em violação ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil, seria imprescindível que a questão fosse anteriormente suscitada em sede de embargos de declaração, algo que não parece plausível considerando a fundamentação apresentada. Compulsando os autos, o que se verifica é que tal questão não foi suscitada em sede de embargos declaratórios, sendo temerário que se fale em violação ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil quando a questão sequer fora suscitada.

Mais a mais, há de se considerar que o acórdão recorrido foi reformado para acolher o entendimento de que "*Nas ações de reintegração de posse motivadas por inadimplemento de arrendamento mercantil financeiro, quando o produto da soma do VRG quitado com o valor da venda do bem for maior que o total*

pactuado como VRG na contratação, será direito do arrendatário receber a diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos contratuais", de que modo que a pertinência da irresignação pressupunha a indicação ao menos de indícios de que o valor arbitrado a título de honorários recursais não corresponderia sequer a 10% do valor que deverá ser restituído, o que simplesmente não se observa.

A bem da verdade, em que pese a agravante transcreva trecho do acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração em que se pondera que *"provavelmente o valor a ser restituído será superior à metade do que foi pedido na inicial"*, uma análise perfunctória evidencia que tal assertiva carece de qualquer lastro.

Com efeito, diversamente do que afirma a agravante, o contrato dos autos não diz respeito a veículo, mas sim a 119 *"MODEN PARA WORKPAD IBM 40X"*, dos quais apenas 81 foram reintegrados na posse da recorrida (e-STJ fls. 31), o que torna claro que a pretensão de majorar os honorários na espécie é absolutamente impertinente, pois sequer é possível vislumbrar que a diferença a ser apurada chegará a alcançar R\$ 50.000,00.

Simplesmente não é possível compreender qual a pertinência da discussão indicada na espécie, carece de qualquer lastro a pretensão da agravante de prolongar a presente discussão.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator